



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

UNIDADE: Companhia Paulista de Securitização – CPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Atas de conselho de administração. Indicação de meio para consulta aos documentos digitalizados. Possibilidade de consulta in loco aos documentos. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 139/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Companhia Paulista de Securitização, número SIC em epígrafe, para acesso às atas do Conselho de Administração de 2010 a 2018.
2. Em resposta, o ente indicou o portal da Junta Comercial para obtenção dos documentos digitalizados. Em grau recursal, foi fornecida orientação passo a passo para o acesso digitalizado dos documentos. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, requerendo o envio direto pela Companhia em razão da cobrança para acesso pelo sítio da JUCESP.
3. Após o recebimento do recurso pela OGE, o ente encaminhou mensagem eletrônica informando sua disponibilidade para fornecer cópia dos documentos que não forem possíveis de serem extraídos pelo solicitante junto ao portal da JUCESP Online.
4. Da análise dos autos, percebe-se não haver negativa de acesso à informação por parte da Companhia Paulista de Securitização. Constata-se ter sido indicado o caminho passo a passo para consulta ao portal da Junta Comercial do Estado de São Paulo, que possui via digital dos documentos requeridos em transparência ativa, conforme previsão do artigo 11, §6º, da LAI, procedimento a desonerar da obrigação de seu fornecimento direto.
5. Em complementação à resposta anterior, firmou disposição em facultar a consulta aos documentos físicos aos quais o solicitante não consiga acessar digitalmente, conforme previsão do inciso I do §1º do artigo 11 da Lei.


5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ante o exposto, tendo o ente fornecido meios pelos quais o interessado pode realizar consulta direta às informações almejadas, indicando caminho para consulta aos documentos em meios de transparência ativa, e oferecendo a consulta à versão física para eventuais documentos faltantes, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso I, e 6º da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação em 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 24 de abril de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL